



A Lei nº 8.666, de 21.06.1993, trouxe uma série de inovações que geraram grandes dificuldades a todos aqueles que, na Administração Pública, atuam na área de licitações e contratos, trazendo, também, grande preocupação em decorrência da ampliação das formas de responsabilização dos servidores e dos licitantes, acrescentando, ao lado de sanções disciplinares, as de natureza penal. Além disso, pretendeu ampliar o controle ao prever a participação popular em vários dispositivos, com a possibilidade de qualquer cidadão denunciar irregularidade ou mesmo impugnar determinados atos do procedimento. As dificuldades de interpretação trazidas pela mencionada Lei têm ensejado a realização de um grande número de cursos, seminários e congressos, visando a sua adequada compreensão. Esta obra, trazida a público no momento certo, é mais uma valiosa contribuição com a qual o Prof. Sidney Bittencourt vem brindar aos estudiosos da Lei de Licitações.

Extremamente dedicado às mutações pelas quais tem passado a legislação, o Prof. Sidney acompanha dia a dia essas mudanças e, com o firme intuito de melhor esclarecer aos que se utilizam dessa matéria do Direito Administrativo, resolveu transmitir os seus vastíssimos conhecimentos e enorme experiência, brindando-nos com esta magnífica obra, em que faz uma criteriosa apreciação passo a passo da Lei nº 8.666/93 e sua complexidade.

Por essa razão, não tenho receio em afirmar que é muito oportuna a obra agora dada a público pelo referido mestre, que por mais de vinte anos atua na área e estuda minuciosamente o assunto, ministrando, ativa e brilhantemente, cursos, palestras e seminários sobre o tema.

**Francisco Rezende Filho**  
Advogado da União  
(Texto concebido quando da 1ª edição desta obra)

**SIDNEY BITTENCOURT**

*Prefácio*

Francisco Mauro Dias

*Apresentação*

Ivan Barbosa Rigolin

## LICITAÇÃO PASSO A PASSO

COMENTANDO TODOS OS ARTIGOS DA LEI  
Nº 8.666/93, TOTALMENTE ATUALIZADA

De acordo com o novo CPC - Lei nº 13.105/15, alterada pela Lei nº 13.256/16, com a nova Lei das Estatais - Lei nº 13.303/16; com as alterações impostas pelas leis nºs 13.465/17 e 13.500/17 e os decretos nºs 9.283/18, 9.412/18 e 9.450/18

Levando também em consideração a Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 155/16, que estabelece tratamento diferenciado às pequenas empresas nas licitações públicas

10ª edição revista, ampliada e atualizada

**Área específica**

Direito Administrativo

**Áreas afins**

Administração Pública, Compras Públicas, Contratos Administrativos, Vendas para a Administração Pública, Finanças Públicas, Obras Públicas, Serviços Públicos, Intendência, Auditoria e Controladoria.

**Público-alvo/consumidores**

Administradores Públicos de um modo geral, Administradores Privados de Empresas que contratam com a Administração Pública, Procuradores, Magistrados, Advogados, Professores de Direito Administrativo, Advogados da União, Acadêmicos de Direito, Particulares que vendem ou pretendam vender para o Governo, Auditores, Controladores, Consultores e Concursandos.

**FORMATO:** 17,0 X 24,0 cm  
**CÓDIGO:** 10001482

B624l Bittencourt, Sidney

Licitação passo a passo: comentando todos os artigos da Lei nº 8.666/93 totalmente atualizada / Sidney Bittencourt. 10. ed. – Belo Horizonte : Fórum, 2019.

875p.; 17cm x 24cm  
ISBN: 978-85-450-0572-8

1. Direito Administrativo. 2. Administração Pública.  
3. Contratos Administrativos. 4. Obras Públicas. I.Título.

CDD 341.3  
CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BITTENCOURT, Sidney. *Licitação passo a passo*: comentando todos os artigos da Lei nº 8.666/93 totalmente atualizada. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 875p. ISBN 978-85-450-0572-8.

## Sidney Bittencourt

Mestre em Direito pela UGF. Pós-graduado em Gestão de Negócios no contexto da União Europeia (UE), no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) – Portugal. Consultor, parecerista e conferencista consagrado. Professor de Direito Administrativo e Econômico. Autor de inúmeras obras jurídicas, além de articulista, com artigos, ensaios, pareceres e estudos publicados nos principais veículos de divulgação jurídica. Ex-Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica de Licitações, Contratos e Atos Administrativos da Diretoria de Administração da Marinha, órgão normatizador da matéria na Marinha do Brasil, em que atuou por 30 anos. Faz parte do Conselho Editorial da *Revista Síntese Direito Administrativo* e da *Revista Síntese Licitações, Contratos e Convênios*. É colaborador efetivo dos seguintes periódicos jurídicos: *Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCCGP*; *Boletim Direito Administrativo, Contabilidade e Administração Pública – DCAP*; *Informativo de Licitações e Contratos – ILC*; *Revista de Compras Públicas – Capacitar*; *Revista Diálogo Jurídico*; *Revista Governet – Revista do Administrador Público*; revista *O Pregoeiro*; revista *Negócios Jurídicos*; *Boletim de Licitações e Contratos – BLC*; *Revista IOB de Direito Administrativo*; *Boletim Jurídico Adcoas*; *Revista Lex de Direito*; e colaborador emérito do *Boletim Mensal de Divulgação de Doutrina e de Jurisprudência sobre Direito Público*, do Instituto Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal (INAP); entre outros.

No magistério, destaca-se na importante tarefa de apresentação de seminários e cursos de aperfeiçoamento e especialização em diversas instituições de ensino, tais como Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ); Universidade Gama Filho (UGF); Universidade Candido Mendes – UCAM (CCCM); Faculdade da Cidade; Instituto Superior de Aperfeiçoamento Profissional (IESAP); Faculdade Béthencourt da Silva (FABES); Centro de Orientação, Atualização e Desenvolvimento Profissional (COAD); Lex Cursos Jurídicos; Centro de Aperfeiçoamento Profissional (CEAP); Materko Seminários; FUMTEX Treinamentos; Centro de Instrução Almirante Newton Braga de Faria (CIANB), entre outras, além de inúmeros cursos *in company*.

Autor de mais de uma centena de artigos e com o maior número de livros editados sobre licitações e contratos do mercado jurídico brasileiro, o que motivou o Professor Ivan Barbosa Rigolin a asseverar que “é o mais prolífico e profícuo autor de obras sobre assuntos que envolvem licitações e contratos”.

É considerado um dos maiores especialistas em licitações e contratos do País.

Site: [www.sidneybittencourt.com.br](http://www.sidneybittencourt.com.br)

Facebook: [www.facebook.com/profsidneybittencourt](http://www.facebook.com/profsidneybittencourt)

Na qualidade de Advogado da União, posso atestar a facilidade de utilização cotidiana do livro exauriente na abordagem da Lei nº 8.666/93. Sidney Bittencourt ratifica não só os seus notórios conhecimentos sobre a matéria como também a determinação para melhor servir os operadores do Direito neste intrincado campo.

**Pedro Duarte Filho**

Advogado da União.

O livro impressiona pela orientação segura. É um verdadeiro guia de eficiência.

**Jorge Ulisses Jacoby Fernandes**

Ex-Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Administrativista.

Sidney Bittencourt é o mais prolífico e profícuo autor brasileiro em matéria de licitações. Sua energia e seu talento são simplesmente invejáveis.

**Ivan Barbosa Rigolin**

Advogado e Administrativista.

Conheço a obra *Licitação passo a passo* e posso garantir tratar-se de um trabalho de alto brilho.

**J. A. Penalva Santos**

Desembargador do Tribunal de Justiça do RJ (aposentado). Professor da Escola de Magistratura (RJ).

A obra é de extrema utilidade, tanto para os profissionais do Direito como para os que operam a licitação em cada uma de suas etapas. Trata-se de trabalho de alto conteúdo doutrinário.

**Marcos Juruena Villela Souto**

Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Professor da Escola de Magistratura (RJ). Administrativista.

Em *Licitação passo a passo*, Sidney Bittencourt conferiu a tema polêmico e controvertido a clareza, a objetividade e simplicidade inata nos grandes mestres.

**Eliana Goulart Leão**

Procuradora do Estado de São Paulo. Professora de Direito Administrativo da PUC-SP.

Obra jurídica por excelência, objetiva e extremamente útil em essência, que só os verdadeiramente conhecedores são capazes. Mais uma vez somos brindados com obra de relevância que, lamentavelmente, terá sua capa e páginas rapidamente gastas pela corrosão da consulta contínua.

**Moacyr Simioni Filho**

Professor de Direito Público do Centro de Estudos Avançados das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU-SP).

A obra supre uma lacuna no Direito ao abordar de forma didática um tema de difícil compreensão, facilitando o trabalho e solucionando dúvidas dos que lidam no dia a dia com licitações e contratos.

**Benedicto de Tolosa Filho**

Professor e coordenador do Instituto de Direito Administrativo (FMU-SP). Administrativista.

Didática a obra *Licitação passo a passo*. Livro a que sempre nos referimos durante nossos cursos.

**Vanice Regina Lírio do Vale**

Procuradora do Município do Rio de Janeiro. Ex-Secretária Municipal de Administração (RJ).

**Flávio Martins Rodrigues**

Procurador do Estado do Rio de Janeiro.

A objetividade, o senso prático, qual fio diretor, sem prejuízo da excelente formulação teórica, tornaram *Licitação passo a passo* indispensável aos que operam com as contratações administrativas.

**Ivo Ferreira de Oliveira**

Advogado da ITAIPU BINACIONAL. Professor da Universidade Tuiuti (PR).

Muito aprendi e usei a obra *Licitação passo a passo* quando no exercício da consultoria jurídica.

**Hélio de Almeida Domingues**

Advogado da União. Ex-Consultor Jurídico da Marinha.

*Licitação passo a passo*: um exemplo de dedicação e eficácia.

**Clóvis Celso Velasco Boechat**

Advogado da União.

Conheço, utilizo em minhas pesquisas e sempre recomendo a obra *Licitação passo a passo*. Com sua didática singular, o autor, de forma brilhante e inspiradora, consegue trilhar os principais temas relacionados às licitações públicas, sempre agregando seu profundo conhecimento e ofertando soluções jurídicas para os dilemas mais relevantes.

**Ronny Charles L. de Torres**

Advogado da União e Administrativista.

*Licitação Passo a Passo* consolida teoria e prática numa linguagem de fácil entendimento, sendo manual obrigatório a todos que atuam na área. O autor navega do direito para os fatos, enfrentando temas espinhosos, tornando a obra única e essencial, de extrema relevância.

**Flavia Daniel Vianna**

Professora da Vianna & Consultores. Advogada. Especialista em Licitações e Contratos Públicos.

## SUMÁRIO

### PREFÁCIO

<b>Francisco Mauro Dias</b> .....	45
-----------------------------------	----

### APRESENTAÇÃO

<b>Ivan Barbosa Rigolin</b> .....	49
-----------------------------------	----

### NOTA À 10ª EDIÇÃO

<b>Sidney Bittencourt</b> .....	51
---------------------------------	----

## LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

(DOU, 22 JUN. 1993, REP. 06.07.1994)

### *Ementa* 53

1	Competência legislativa .....	53
2	O termo “licitação” .....	56
2.1	Evolução histórica .....	56
3	Os contratos da Administração .....	58

### **Artigo 1º** 59

1	Natureza jurídica da licitação e do contrato administrativo .....	59
2	As normas gerais .....	59
3	A licitação e o contrato administrativo .....	61
4	O elenco de negócios jurídicos .....	61
5	Regras extensíveis aos três Poderes .....	62

### *Parágrafo único*.....

6	Subordinação ao regime da Lei nº 8.666/93 .....	62
6.1	As empresas públicas que exploram atividades econômicas .....	62
6.2	As entidades sob controle da pessoa pública.....	64
6.3	Os fundos especiais.....	65
6.4	Os consórcios públicos .....	65
6.5	As Organizações Sociais (OS), as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSICIP) e os Serviços Sociais Autônomos (SSA) – O Terceiro Setor.....	66

### **Artigo 2º** 68

1	A concessão e a permissão .....	68
1.1	A nova forma de concessão – A Parceria Público-Privada (PPP).....	69
2	A licitação de serviços de publicidade .....	69
3	A contratação de terceiros.....	71

### *Parágrafo único*.....

4	O contrato para os fins do Estatuto .....	71
---	---	----

### **Artigo 3º** 73

1	Os objetivos da licitação .....	75
1.1	O desenvolvimento sustentável .....	76
1.1.1	As licitações sustentáveis .....	76
2	Os princípios licitatórios .....	80
2.1	A questão da proposta mais vantajosa.....	80
2.2	O elenco de princípios licitatórios .....	81
2.2.1	Princípio da legalidade .....	82
2.2.2	Princípio da impessoalidade .....	82
2.2.3	Princípio da moralidade.....	82
2.2.4	Princípio da igualdade .....	82
2.2.5	Princípio da publicidade .....	83
2.2.6	Princípio da probidade administrativa.....	83
2.2.7	Princípio da vinculação ao instrumento convocatório .....	84
2.2.8	Princípio do julgamento objetivo.....	84
2.3	Princípios correlatos.....	84
2.3.1	Princípio da competitividade .....	84
2.3.2	Princípio do sigilo na apresentação das propostas .....	85

2.3.3	Princípio do procedimento formal .....	85
2.3.4	Princípio da adjudicação compulsória ao vencedor da licitação .....	85
2.3.5	Princípio da padronização .....	85
2.4	Princípios implícitos .....	86
2.4.1	Princípio da eficiência.....	86
2.4.2	Princípio da razoabilidade/proporcionalidade.....	86
2.5	Princípios advindos da criação da modalidade licitatória pregão.....	87
2.5.1	Princípio da celeridade .....	87
2.5.2	Princípio da finalidade .....	87
2.5.3	Princípio do justo preço .....	87
2.5.4	Princípio da seletividade .....	87
2.5.5	Princípio da comparação objetiva das propostas .....	88
<i>Parágrafo 1º</i> .....		88
3	Vedação a cláusulas discriminatórias.....	88
<i>Inciso I</i> .....		88
3.1	Prejuízo à competitividade .....	88
3.1.1	O uso da licitação para alavancagem do desenvolvimento nacional .....	88
<i>Inciso II</i> 91		
3.2	Vedação ao tratamento diferenciado entre empresas brasileiras e estrangeiras.....	91
3.2.1	Exceções nas licitações envolvendo capacitação e competitividade do setor de informática e automação .....	92
<i>Parágrafo 2º</i> .....		93
4	Critério de desempate nas licitações .....	93
4.1	Esmiuçamento da ordem sucessiva de desempate .....	94
<i>Parágrafo 3º</i> .....		95
5	A publicidade da licitação.....	95
5.1	Reafirmação do procedimento licitatório .....	95
5.2	A questão da Lei do Processo Administrativo.....	96
5.3	A questão do regime especial de contratações na área de defesa .....	96
<i>Parágrafos 5º e 6º</i> .....		96
6	As margens de preferência .....	96
6.1	As margens de preferências normais e suas bases .....	99
<i>Parágrafo 7º</i> .....		100
7	Margem de preferência adicional .....	100
<i>Parágrafo 8º</i> .....		101
8	Limites para as margens de preferência.....	101
<i>Parágrafo 9º</i> .....		101
9	Exclusão da aplicação das preferências.....	101
<i>Parágrafo 10</i> .....		102
10	A extensão da margem de preferência a bens e serviços originados do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) .....	102
<i>Parágrafo 11</i> .....		103
11	Medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou acesso a condições vantajosas de financiamento.....	103
<i>Parágrafo 12</i> .....		104
12	Contratações estratégicas em Tecnologia de Informação e Comunicação.....	104
13	A Regulamentação dos §§5º a 12 do art. 3º (Decreto nº 7.546/2011) .....	105
<i>Parágrafo 13</i> .....		106
14	A divulgação na Internet .....	106
<i>Parágrafo 14</i> .....		107
15	Privilegio ao tratamento diferenciado às pequenas empresas .....	107
<i>Parágrafo 15</i> .....		107
16	Prevalência das preferências deste artigo 3º.....	107
17	Conclusões.....	107
<b>Artigo 4º</b> 109		
1	Participação popular .....	109
2	Direito público subjetivo .....	109
<i>Parágrafo único</i> .....		110
3	Procedimento administrativo formal .....	110

<b>Artigo 5º</b>	112		
1		Adoção da moeda nacional nos contratos .....	112
2		Ordem cronológica dos pagamentos.....	112
<i>Parágrafo 1º</i>		.....	113
3		A obrigatória correção dos créditos.....	113
<i>Parágrafo 2º</i>		.....	114
4		A correção monetária.....	114
<i>Parágrafo 3º</i>		.....	114
5		Pagamento de despesa de baixo valor .....	114
<b>Artigo 5º-A</b>		.....	117
1		Reafirmação do privilégio ao tratamento diferenciado oferecido às pequenas empresas.....	117
1.1		As preferências do regime da LC nº 123/2006.....	118
<b>Artigo 6º</b>	119		
1		Definições para os fins da Lei.....	121
2		Obra e serviço .....	122
3		Compra .....	122
4		Alienação .....	123
5		Obras, serviços e compras de grande vulto.....	123
6		Seguro-garantia .....	124
7		Empreitada.....	124
7.1		Empreitadas por preço unitário e por preço global .....	126
7.2		Empreitada integral .....	127
7.3		Tarefa.....	128
8		Projeto básico .....	128
9		Projeto executivo .....	130
10		Administração Pública e Administração .....	130
11		Produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais.....	131
12		Sistemas de tecnologia de informação e comunicação estratégicos.....	131
13		Produtos para pesquisa e desenvolvimento.....	132
<b>Artigo 7º e parágrafos 1º, 2º e 3º</b>		.....	134
1		Sequência a ser observada nas licitações para obras e serviços .....	135
2		A aprovação da autoridade competente .....	136
3		Condicionantes documentais a serem apreciados e aprovados pela autoridade competente.....	136
3.1		O orçamento detalhado em planilhas .....	137
3.1.1		A questão do BDI (Benefícios ou Bonificações e Despesas Indiretas) .....	137
3.2		A questão da previsão de recursos orçamentários.....	140
<i>Parágrafo 4º</i>		.....	140
4		Vedação de inclusão de fornecimento sem previsão de quantidades .....	140
<i>Parágrafo 5º</i>		.....	141
5		Vedações de bens e serviços sem similaridade ou de marcas.....	141
<i>Parágrafo 6º</i>		.....	142
6		Consequências pelo descumprimento às vedações .....	142
<i>Parágrafo 7º</i>		.....	142
7		Acréscimos compensatórios em função da inflação.....	142
<i>Parágrafo 8º</i>		.....	142
8		Acesso do cidadão às informações .....	142
<i>Parágrafo 9º</i>		.....	142
9		Cumprimento dos requisitos também nos afastamentos licitatórios .....	142
<b>Artigo 8º</b>	144		
1		A programação da execução integral .....	144
<i>Parágrafo único</i>		.....	144
2		A programação parcial excepcional .....	144
3		Fracionamento e parcelamento .....	144
<b>Artigo 9º e incisos I, II e III</b>		.....	147
1		Impedimentos de participação em licitações .....	147
1.1		Vedação de o autor do projeto básico ou executivo participar da licitação.....	147
1.2		Outros impedimentos.....	148
1.2.1		A participação de parentes de servidor .....	149

<i>Parágrafo 1º</i> .....	149
2 A participação do autor do projeto nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento .....	149
<i>Parágrafo 2º</i> .....	150
3 A elaboração de projeto executivo como encargo do contratado .....	150
<i>Parágrafos 3º e 4º</i> .....	150
4 A participação indireta para fins de vedação de participação em licitação.....	150
4.1 A vedação aos membros da comissão de licitação.....	150
<b>Artigo 10</b> 152	
1 A realização de obras ou serviços por execução direta .....	152
1.1 Diferenciação entre “contratação direta” e “execução direta” .....	152
2 A execução de obras ou serviços por execução indireta.....	152
3 A questão dos pagamentos parciais na empreitada por preço global.....	154
4 A “administração contratada” vetada por ato presidencial.....	155
<b>Artigo 11</b> 157	
1 Obras e serviços com projetos padronizados.....	157
<b>Artigo 12</b> 159	
1 O elenco de requisitos para o projeto básico ou executivo .....	159
2 O Estudo do Impacto Ambiental (EIA) .....	159
2.1 O licenciamento ambiental para as Parcerias Público-Privadas (PPPs).....	160
<b>Artigo 13</b> 162	
1 Serviços técnicos profissionais especializados.....	162
1.1 A questão da contratação de advogados ou escritórios de advocacia .....	163
1.2 A questão da contratação de serviço de restauração de obras de arte .....	165
<i>Parágrafo 1º</i> .....	166
2 Contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados.....	166
<i>Parágrafo 2º</i> .....	166
3 Cessão dos direitos patrimoniais .....	166
<i>Parágrafo 3º</i> .....	167
4 A garantia da realização dos serviços pelos profissionais integrantes da empresa .....	167
<b>Artigo 14</b> 168	
1 A caracterização objeto da compra e a indicação dos recursos orçamentários.....	168
2 A observação da Lei de Responsabilidade Fiscal .....	168
<b>Artigo 15</b> 171	
1 Requisitos para as compras .....	172
1.1 Princípio da padronização .....	172
1.2 O processamento das compras através do Sistema de Registro de Preços (SRP).....	173
1.3 Submissão das compras às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.....	174
1.4 Subdivisão em parcelas para aproveitamento das peculiaridades do mercado.....	174
1.5 Balizamento pelos preços praticados pela Administração Pública .....	176
2 O alcance do dispositivo .....	177
<i>Parágrafo 1º</i> .....	177
3 A ampla pesquisa de mercado .....	177
<i>Parágrafo 2º</i> .....	177
4 A publicação trimestral dos preços registrados.....	177
<i>Parágrafo 3º</i> .....	179
5 A regulamentação federal do Sistema de Registro de Preços (SRP) – O Decreto federal nº 7.892/2013 (alterado pelo Decreto nº 8.250/2014) .....	179
5.1 A possibilidade do uso do SRP na contratação de serviços.....	179
5.2 Atendimento às peculiaridades regionais .....	181
5.3 A competição através de concorrência ou de pregão.....	181
5.4 Estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados.....	182
5.5 Validade do registro de preços não superior a um ano.....	184
6 O uso da Ata de Registro de Preços por outro ente da Administração não participante da licitação (o “carona”).....	186
<i>Parágrafo 4º</i> .....	190
7 A não obrigação de a Administração celebrar as contratações .....	190
<i>Parágrafo 5º</i> .....	190
8 A informatização do sistema de controle .....	190



<i>Parágrafo 6º</i> .....	190
9 A impugnação por parte do cidadão.....	190
<i>Parágrafo 7º</i> .....	191
10 Outros aspectos a serem observados nas compras.....	191
<i>Parágrafo 8º</i> .....	191
11 Recebimento de material de valor superior ao limite estabelecido para o convite .....	191
<b>Artigo 16</b> 192	
1 Publicação mensal da relação de compras .....	192
2 Aglutinação de informações .....	193
3 Não aplicação na dispensa prevista no inc. IX do art. 24 (segurança nacional).....	193
<b>Artigo 17</b> 194	
1 A alienação .....	197
1.1 A alienação de bens da Administração Pública .....	197
2 Bens públicos .....	197
2.1 A alienação de bens públicos.....	198
<i>Inciso I</i> 198	
3 Alienação de bens imóveis.....	198
3.1 Dispensa para alienação de imóveis através de dação em pagamento.....	200
3.2 Dispensa para alienação de imóveis através de doação .....	200
3.3 A dispensa licitatória através da permuta de bens imóveis .....	201
3.4 Dispensa para alienação de imóveis através de investidura .....	203
3.5 Dispensa para alienação de imóveis através de venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública .....	205
3.6 Dispensa para alienação de imóveis através de diversos institutos, no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária .....	206
3.7 Dispensa licitatória para alienação de imóveis por intermédio de procedimentos de legitimação de posse .....	210
3.8 A dispensa licitatória para a alienação de bens imóveis de uso comercial .....	211
3.9 Dispensa licitatória na alienação e concessão de direito real de uso de terras públicas rurais da União e do Incra .....	212
<i>Inciso II</i> 212	
4 Alienação de bens móveis.....	212
4.1 Doação .....	213
4.2 Permuta .....	214
4.3 Venda de ações .....	215
4.4 Venda de títulos.....	215
4.5 Venda de bens produzidos ou comercializados pela Administração Pública.....	216
4.6 Venda de materiais sem utilização previsível para outros órgãos ou entidades da Administração .....	216
<i>Parágrafo 1º</i> .....	217
5 Reversão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora.....	217
<i>Parágrafo 2º</i> .....	217
6 Dispensa de licitação na concessão de título de propriedade ou de direito real de uso .....	217
<i>Parágrafos 2ºA e 2ºB</i> .....	218
7 Outras dispensas inseridas no Estatuto .....	218
<i>Parágrafo 3º</i> .....	220
8 Investidura .....	220
<i>Parágrafos 4º e 5º</i> .....	221
9 Licitação da doação com encargo .....	221
<i>Parágrafo 6º</i> .....	221
10 A adoção do leilão para a venda de móvel público .....	221
<b>Artigo 18</b> 222	
1 A habilitação na concorrência de bem imóvel.....	222
2 Alteração no âmbito da União.....	222
<b>Artigo 19</b> 223	
1 A alienação de bens imóveis derivados de procedimentos judiciais ou dação em pagamento.....	223
1.1 Adoção de concorrência ou leilão .....	223
<b>Artigo 20</b> 224	
1 O local de realização da licitação .....	224
<i>Parágrafo único</i> .....	224
2 Realização da licitação em local diverso .....	224

<b>Artigo 21</b>	225	
1	A divulgação dos editais licitatórios .....	226
1.1	Publicação dos avisos de concorrência, tomada de preços, concurso e leilão.....	226
2	Publicação do convite .....	227
<i>Parágrafo 1º</i>	.....	228
3	O conteúdo do aviso .....	228
<i>Parágrafo 2º</i>	.....	231
4	O prazo mínimo de divulgação .....	231
<i>Parágrafo 3º</i>	.....	232
5	A contagem do prazo.....	232
<i>Parágrafo 4º</i>	.....	232
6	Modificações no edital .....	232
<b>Artigo 22</b>	233	
1	A escolha da modalidade de licitação .....	234
2	As modalidades licitatórias .....	234
2.1	A habilitação como fator de distinção.....	235
<i>Parágrafo 1º</i>	.....	235
2.1.1	A concorrência .....	235
<i>Parágrafo 2º</i>	.....	235
2.1.2	A tomada de preços .....	235
<i>Parágrafo 3º</i>	.....	240
2.1.3	O convite.....	240
2.1.4	A habilitação no convite.....	241
2.1.5	A existência ou não de edital no convite .....	242
<i>Parágrafo 6º</i>	.....	243
2.1.6	A questão da inexistência de três possíveis interessados no convite.....	243
<i>Parágrafo 7º</i>	.....	244
2.1.7	A questão da impossibilidade da obtenção de três interessados em face de limitações de mercado ou manifesto desinteresse	244
2.1.7.1	A limitação de mercado.....	244
2.1.7.2	O manifesto desinteresse.....	244
2.1.7.3	O entendimento das Cortes de Contas .....	244
<i>Parágrafo 4º</i>	.....	245
3	O concurso.....	245
<i>Parágrafo 5º</i>	.....	245
4	O leilão .....	245
<i>Parágrafo 8º</i>	.....	246
5	Vedação de criação de nova modalidade licitatória .....	246
<i>Parágrafo 9º</i>	.....	247
6	Documentação para o cadastramento .....	247
<b>Artigo 23 e incisos I e II</b>	.....	248
1	Fixação das modalidades licitatórias.....	249
1.1	A questão do alcance dos novos valores-limites .....	251
<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	.....	252
2	O parcelamento da licitação.....	252
<i>Parágrafo 3º</i>	.....	254
3	A adoção da concorrência .....	254
3.1	O certame internacional .....	254
<i>Parágrafo 4º</i>	.....	256
4	Substituição por modalidade de licitação mais complexa .....	256
<i>Parágrafo 5º</i>	.....	256
5	Vedação para parcelas de uma mesma obra ou serviço ou para obras e serviços da mesma natureza .....	256
<i>Parágrafo 6º</i>	.....	257
6	Contratos celebrados por organizações industriais .....	257
<i>Parágrafo 7º</i>	.....	257

7	Compra de bens de natureza divisível.....	257
7.1	A economia de escala.....	259
7.2	Impugnação quanto à quantidade mínima estabelecida pela Administração .....	260
7.3	A questão dos preços diferenciados.....	261
<i>Parágrafo 8º</i> .....		261
8	Licitações realizadas por consórcios públicos .....	261
<b>Artigo 24</b> 263		
1	A possibilidade de contratação sem licitação.....	267
2	Hipóteses de contratação direta.....	269
3	Casos de licitação dispensável.....	269
<i>Incisos I e II</i> .....		270
3.1	Obras, serviços de engenharia, outros serviços e compras de pequeno valor .....	270
3.1.1	Possibilidade de alterações dos valores de dispensa pelos entes federativos.....	271
3.1.2	A questão da definição do valor estimado da contratação .....	271
3.1.3	A questão quando o contrato envolver serviço continuado .....	272
3.1.4	As ressalvas para o enquadramento.....	278
3.1.4.1	As ressalvas para as licitações dispensáveis no caso de obras e serviços de engenharia .....	278
3.1.4.2	As ressalvas para as licitações dispensáveis no caso de outros serviços e compras e alienações .....	281
<i>Inciso III</i> 282		
3.2	Guerra ou grave perturbação da ordem .....	282
3.2.1	Guerra .....	282
3.2.2	Grave perturbação da ordem .....	283
<i>Inciso IV</i> 284		
3.3	Emergência ou calamidade pública.....	284
3.3.1	Limites à contratação emergencial ou no caso de calamidade pública.....	285
3.3.2	A questão da emergência por negligência .....	286
<i>Inciso V</i> 287		
3.4	Não comparecimento de interessados .....	287
3.4.1	A questão da “licitação fracassada” .....	288
3.4.2	A questão do convite .....	289
<i>Inciso VI</i> 289		
3.5	Intervenção no domínio econômico .....	289
<i>Inciso VII</i> 290		
3.6	Propostas com preço superior ao do mercado.....	290
<i>Inciso VIII</i> 292		
3.7	Contratação entre pessoas jurídicas de direito público.....	292
3.7.1	Os destinatários da regra .....	292
3.7.2	A aplicação da regra .....	292
3.7.3	A questão do marco de contagem.....	293
<i>Inciso IX</i> 293		
3.8	Possível comprometimento da segurança nacional .....	293
3.8.1	O conceito de segurança nacional.....	293
3.8.2	A dispensa em face da segurança nacional .....	294
3.8.3	O decreto regulamentar.....	295
<i>Inciso X</i> 296		
3.9	Compra ou locação de imóvel.....	296
<i>Inciso XI</i> 298		
3.10	Contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento.....	298
<i>Inciso XII</i> 299		
3.11	Compras de perecíveis .....	299
3.11.1	O gênero perecível .....	300
3.11.2	O preço do dia.....	300
<i>Inciso XIII</i> 300		
3.12	Contratação de instituição sem fins lucrativos .....	300
<i>Inciso XIV</i> 302		
3.13	Aquisição nos termos de acordo internacional.....	302
<i>Inciso XV</i> 306		
3.14	Aquisição ou restauração de obras de arte.....	306

<i>Inciso XVI</i>	308
3.15	Contratação de objetos especiais com instituições integrantes da Administração..... 308
<i>Inciso XVII</i> .....	309
3.16	Aquisição de acessórios durante o período de garantia..... 309
<i>Inciso XVIII</i> .....	310
3.17	Compras ou contratações para abastecimentos militares em estado de operação..... 310
3.17.1	O alcance da regra..... 311
<i>Inciso XIX</i>	312
3.18	Para manutenção da padronização de materiais de uso militar ..... 312
<i>Inciso XX</i>	313
3.19	Contratação de serviços de associações de portadores de deficiência física ..... 313
<i>Inciso XXI</i>	314
3.20	Contratação de bens para pesquisa científica ..... 314
<i>Inciso XXII</i> .....	316
3.21	Fornecimento de energia elétrica e gás por concessionário ..... 316
<i>Inciso XXIII</i> .....	317
3.22	Contratação de subsidiárias ou controladas ..... 317
<i>Inciso XXIV</i> .....	318
3.23	Contratos com organizações sociais..... 318
3.23.1	O novo Marco Regulatório do Terceiro Setor (Lei nº 13.019/2014)..... 320
3.23.2	A questão da confusão entre as Organizações Sociais e as Fundações de Apoio..... 321
3.24	A questão dos acordos celebrados com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) ..... 321
<i>Inciso XXV</i> .....	323
3.25	Transferência de tecnologia ..... 323
<i>Inciso XXVI</i> .....	324
3.26	Celebração de contrato de programa ..... 324
<i>Inciso XXVII</i> .....	325
3.27	Contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis..... 325
<i>Inciso XXVIII</i> .....	327
3.28	Bens ou serviços de alta tecnologia e defesa nacional ..... 327
<i>Inciso XXIX</i> .....	329
3.29	Atendimento de militares em operações de paz no exterior..... 329
<i>Inciso XXX</i> .....	330
3.30	Prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural..... 330
<i>Inciso XXXI</i> .....	332
3.31	Contratações visando ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 4º, 5º e 20 da Lei nº 10.973/2004..... 332
<i>Inciso XXXII</i> .....	338
3.32	Contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS)..... 338
<i>Inciso XXXIII</i> .....	340
3.33	Contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para acesso à água para consumo humano e produção de alimentos ..... 340
<i>Inc. XXXIV</i> .....	341
3.34	Aquisição de insumos estratégicos para a saúde produzidos ou distribuídos por fundação de apoio..... 341
<i>Inc. XXXIV</i> .....	342
3.35	Construção, ampliação, reforma e aprimoramento de estabelecimentos penais..... 342
<i>Parágrafo 1º</i> .....	344
4	Valores de dispensas diferenciados para algumas pessoas jurídicas ..... 344
4.1	Consórcios públicos ..... 345
4.2	Agência executiva..... 345
<i>Parágrafo 2º</i> .....	346
5	Órgãos ou entidades que produzem produtos estratégicos para o SUS..... 346

Parágrafos 3º e 4º.....	346
6 Regras específicas nos casos de dispensa nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento preconizadas no inc. XXI	346
<b>Artigo 25</b>	351
1 Inviabilidade de competição.....	351
1.1 A questão da competição inútil.....	352
1.2 A questão do credenciamento .....	353
<i>Inciso I</i> .....	355
2 Fornecedor exclusivo .....	355
2.1 Compras (não sendo permitida a adoção para serviços ou obras).....	356
2.2 Impossibilidade de indicação de marca.....	357
2.3 Exclusividade do fornecedor.....	358
2.4 Requisitos para o enquadramento da inexigibilidade licitatória por exclusividade .....	359
<i>Inciso II e parágrafo 1º</i> .....	360
3 Notória especialização.....	360
3.1 A natureza singular dos serviços.....	360
3.2 A identificação da notória especialização.....	361
3.3 A necessidade de “confiança” no profissional.....	362
3.4 A inscrição de servidores em cursos de treinamento .....	363
<i>Inciso III</i>	364
4 Profissional de qualquer setor artístico.....	364
<i>Parágrafo 2º</i> .....	365
5 Responsabilização solidária por dano causado à Fazenda Pública .....	365
<b>Artigo 26</b>	367
1 A dupla avaliação no controle dos afastamentos licitatórios.....	367
2 A ratificação da autoridade superior.....	367
<i>Parágrafo único</i> .....	368
3 Instrução do processo de afastamento licitatório ou de retardamento .....	368
3.1 A demonstração de compatibilidade do preço com o praticado no mercado.....	369
3.2 Justificativa da escolha do fornecedor ou executante .....	370
3.3 Demonstração da emergência e da documentação de aprovação dos projetos de pesquisa.....	371
4 A publicação do contrato oriundo de afastamento licitatório.....	372
5 A questão da adoção da natureza do objeto ou do subelemento de despesa .....	372
<b>Artigo 27</b>	378
1 A fase de habilitação .....	378
1.1 A habilitação na modalidade convite.....	378
2 Documentação exigida para a habilitação .....	379
3 A habilitação prévia (o cadastramento).....	379
4 A questão do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF	379
5 A questão de verificação no CADIN (Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal).....	381
<b>Artigo 28</b>	385
1 A habilitação jurídica.....	385
1.1 A habilitação das cooperativas.....	386
1.1.1 A ideia de equalização dos preços propostos por cooperativas.....	387
1.1.2 O acordo celebrado entre o MPT e a AGU limitando a participação de cooperativas em licitações.....	390
<b>Artigo 29</b>	395
1 A regularidade quanto às obrigações fiscais e trabalhistas .....	395
1.1 A questão da regularidade ou quitação .....	395
1.2 A constitucionalidade da exigência.....	397
2 A comprovação de regularidade fiscal pelas pequenas empresas.....	397
<i>Inciso I</i> .....	399
3 A prova de inscrição no CPF ou no CGC (CNPJ).....	399
<i>Inciso II</i>	400
4 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal.....	400

<i>Inciso III</i>	400		
5	Prova de regularidade para com a Fazenda federal, estadual e municipal .....	400	
5.1	A questão do domicílio ou sede do licitante .....	401	
5.2	A certidão negativa de dívida ativa.....	402	
<i>Inciso IV</i>	403		
6	Regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).....	403	
<i>Inciso V</i>	404		
7	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.....	404	
7.1	Hipóteses de exigência da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) .....	407	
8	A questão da retenção de pagamentos dos contratados pela Administração em função de irregularidade fiscal.....	408	
<b>Artigo 30</b>	412		
1	As peculiaridades inerentes à qualificação técnica .....	413	
2	Requisitos para a demonstração da capacidade técnica.....	414	
<i>Inciso I</i>	.....	414	
3	Registro na entidade profissional .....	414	
<i>Inciso II</i>	415		
4	Comprovação de aptidão .....	415	
4.1	A capacitação técnico-profissional.....	415	
5	A capacitação técnico-operacional.....	416	
<i>Inciso III</i>	422		
6	Comprovação de recebimento dos documentos.....	422	
7	A exigência de certificações de qualidade .....	422	
<i>Parágrafo 1º e inc. I</i>	.....	425	
8	Comprovação de aptidão para obras e serviços .....	425	
8.1	A questão de o profissional fazer parte do quadro permanente do licitante .....	425	
<i>Parágrafo 2º</i>	.....	427	
9	Parcelas de maior relevância .....	427	
<i>Parágrafo 3º</i>	.....	428	
10	Certidões ou atestados de obras ou serviços similares.....	428	
<i>Parágrafo 4º</i>	.....	429	
11	Comprovação de aptidão nos fornecimentos de bens .....	429	
<i>Parágrafo 5º</i>	.....	429	
12	Vedações na exigência de comprovação de atividade ou de aptidão.....	429	
<i>Parágrafo 6º</i>	.....	429	
13	Exigências mínimas para instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado .....	429	
<i>Parágrafo 8º</i>	.....	430	
14	Exigência da metodologia de execução.....	430	
<i>Parágrafo 9º</i>	.....	432	
15	Alta complexidade técnica.....	432	
<i>Parágrafo 10</i>	.....	433	
16	A participação obrigatória dos profissionais indicados para comprovação de capacidade técnico-profissional .....	433	
<b>Artigo 31</b>	434		
1	A qualificação econômico-financeira.....	435	
<i>Inciso I</i>	.....	435	
1.1	Balço patrimonial e demonstrações contábeis.....	435	
<i>Inciso II</i>	438		
1.2	Falência, concordata e recuperação judicial .....	438	
1.2.1	Hipóteses excepcionais.....	439	
1.2.1.1	Pedido de falência postulado por terceiro.....	439	
1.2.1.2	Efeitos do ajuizamento de ação de execução contra o patrimônio .....	440	
1.2.1.3	A recuperação judicial antes do ato de adjudicação .....	440	
<i>Inciso III</i>	441		
1.3	Garantia para participação na licitação.....	441	

<i>Parágrafo 1º</i> .....	443
2 A limitação da exigência de índices contábeis.....	443
<i>Parágrafos 2º e 3º</i> .....	443
3 Capital mínimo nas compras para entrega futura e nas obras e serviços.....	443
<i>Parágrafo 4º</i> .....	444
4 Relação dos compromissos assumidos pelo licitante .....	444
<i>Parágrafo 5º</i> .....	444
5 Comprovação de situação financeira através do cálculo de índices contábeis .....	444
<b>Artigo 32</b> 446	
1 Apresentação dos documentos de habilitação.....	447
1.1 As certidões via Internet.....	447
<i>Parágrafo 1º</i> .....	448
2 Dispensa de documentação .....	448
<i>Parágrafos 2º e 3º</i> .....	448
3 A substituição da documentação pelo certificado de registro cadastral.....	448
<i>Parágrafos 4º e 6º</i> .....	452
4 As licitações internacionais.....	452
4.1 A documentação das empresas estrangeiras.....	452
4.1.1 Autenticação por consulados e tradução por servidor juramentado .....	454
4.1.2 A representação legal no Brasil.....	457
4.2 Exceções nas licitações .....	458
<i>Parágrafo 5º</i> .....	461
5 Inexigência de prévio recolhimento de taxas .....	461
<i>Parágrafo 7º</i> .....	461
6 Dispensa de documentação para a contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento.....	461
<b>Artigo 33</b> 463	
1 Participação de empresas em consórcio na licitação.....	463
<i>Inciso I e parágrafo 2º</i> .....	466
2 Comprovação do compromisso de constituição de consórcio.....	466
<i>Inciso II e parágrafo 1º</i> .....	467
3 A questão da empresa responsável pelo consórcio .....	467
<i>Inciso III</i> 468	
4 A apresentação dos documentos do consórcio.....	468
<i>Inciso IV</i> 468	
5 Vedação de consorciada participar da licitação através de mais de um consórcio ou isoladamente.....	468
<i>Inciso V</i> 470	
6 Responsabilidade solidária pelos atos praticados em consórcio.....	470
<b>Artigo 34</b> .....	474
1 Registro cadastral.....	474
1.1 Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).....	475
1.2 A exigência de cadastramento no SICAF para fins de pagamento .....	475
1.3 Impeditivas indiretas: uma nova funcionalidade no SICAF.....	476
<i>Parágrafo 1º</i> .....	478
2 Ampla divulgação do registro cadastral.....	478
<i>Parágrafo 2º</i> .....	478
3 Utilização de registros cadastrais de outros órgãos.....	478
<b>Artigo 35</b> 479	
1 Fornecimento dos elementos necessários para o cadastramento.....	479
<b>Artigo 36</b> 480	
1 Cadastramento por categorias.....	480
<i>Parágrafo 1º</i> .....	480
2 Fornecimento de certificado de registro cadastral .....	480
<i>Parágrafo 2º</i> .....	480
3 Anotações cadastrais.....	480
<b>Artigo 37</b> 482	
1 Modificações no cadastro.....	482

<b>Artigo 38</b> .....	483
1 O início do procedimento licitatório .....	483
1.1 As fases (etapas) do procedimento licitatório .....	484
1.1.1 A fase (etapa) interna do procedimento licitatório .....	484
1.1.1.1 A requisição do interessado .....	484
1.1.1.2 A estimativa de valor .....	485
1.1.1.3 A autorização da despesa .....	485
1.1.1.4 A elaboração do instrumento convocatório e seus anexos.....	485
1.1.1.5 Divulgação (publicidade) .....	485
1.1.2 A fase (etapa) externa da licitação .....	486
1.2 Críticas ao dispositivo .....	486
<i>Parágrafo único</i> .....	486
1.3 Aprovação jurídica do edital licitatório .....	486
1.3.1 A responsabilização solidária do aprovador jurídico.....	490
<b>Artigo 39</b> 491	
1 Audiência pública.....	491
<i>Parágrafo único</i> .....	492
1.1 As licitações simultâneas e sucessivas .....	492
<b>Artigo 40</b> .....	494
1 O edital licitatório.....	496
1.1 A estrutura do edital.....	497
1.1.1 O preâmbulo do edital.....	498
1.1.2 O texto do edital .....	498
1.1.3 O fecho do edital .....	512
<i>Parágrafo 1º</i> .....	513
2 Outras regras para o edital .....	513
2.1 A expedição do edital .....	513
<i>Parágrafo 2º</i> .....	513
3 Anexos do edital.....	513
<i>Parágrafo 3º</i> .....	514
4 Adimplemento da obrigação contratual.....	514
<i>Parágrafo 4º</i> .....	514
5 Compras para entrega imediata.....	514
<i>Parágrafo 5º</i> .....	515
6 Possibilidade de exigir percentual mínimo de mão de obra oriunda ou egressa do sistema prisional.....	515
<b>Artigo 41</b> 519	
1 Condição vinculativa do edital.....	519
<i>Parágrafos 1º e 2º</i> .....	520
2 Impugnação ao edital de licitação .....	520
<i>Parágrafo 3º</i> .....	522
3 Efeitos da impugnação tempestiva.....	522
<i>Parágrafo 4º</i> .....	523
4 A preclusão do direito de participar das fases posteriores .....	523
<b>Artigo 42</b> 524	
1 A licitação internacional.....	524
1.1 Do conceito.....	525
1.2 O momento de adoção da licitação internacional .....	526
2 O ajustamento às diretrizes da política monetária e do comércio exterior .....	528
<i>Parágrafo 1º</i> .....	530
2.1 A proposta em moeda estrangeira .....	530
<i>Parágrafo 2º</i> .....	532
2.2 Conversão do pagamento para moeda nacional .....	532
<i>Parágrafo 3º</i> .....	533
3 Equivalência nas garantias entre licitantes brasileiros e estrangeiros.....	533
<i>Parágrafo 4º</i> .....	533
4 Acréscimo ao valor proposto pelo estrangeiro dos encargos tributários que onerariam os brasileiros .....	533
<i>Parágrafo 5º</i> .....	537
5 Licitações com recursos estrangeiros .....	537



<i>Parágrafo 6º</i> .....	538
6 Entrega das propostas no mesmo local de destino .....	538
<b>Artigo 43</b> 541	
1 A fase externa da licitação.....	542
1.1 Alterações no rito procedimental em face da LC nº 123/06, com as mudanças impostas pela LC nº 147/2014 .....	542
<i>Incisos I a VI e parágrafos 1º e 2º</i> .....	543
2 Roteiro de atos da fase externa da licitação.....	543
2.1 Recebimento dos envelopes.....	543
2.2 Direito de manifestação dos participantes .....	545
2.3 Abertura dos envelopes de habilitação.....	545
2.4 Análise e julgamento da documentação .....	545
2.5 Divulgação da decisão sobre a habilitação.....	545
2.6 Interposições de recursos contra a decisão sobre a habilitação.....	546
2.7 Devolução de envelopes-propostas aos inabilitados .....	546
2.8 Abertura dos envelopes-propostas.....	546
2.9 Julgamento e classificação das propostas .....	547
2.10 Divulgação da decisão referente ao julgamento e classificação das propostas.....	547
2.11 Recursos contra a decisão referente ao julgamento e classificação das propostas .....	547
2.12 Limite das atribuições da comissão de licitação .....	547
2.13 Homologação e adjudicação do resultado.....	547
<i>Parágrafo 3º</i> .....	549
3 A promoção de diligências .....	549
<i>Parágrafo 4º</i> .....	550
4 Aplicação em outras modalidades .....	550
<i>Parágrafo 5º</i> .....	550
5 Desclassificação por motivo relacionado com a habilitação se ultrapassada a fase.....	550
<i>Parágrafo 6º</i> .....	550
6 Desistência da proposta após a fase de habilitação.....	550
<b>Artigo 44</b> 551	
1 Julgamento objetivo das propostas com critérios predefinidos .....	551
<i>Parágrafos 1º, 2º e 3º</i> .....	552
2 Vedações expressas referentes às propostas.....	552
<i>Parágrafo 4º</i> .....	553
3 Propostas que incluam mão de obra estrangeira ou importações .....	553
<b>Artigo 45</b> 554	
1 Julgamento objetivo das propostas .....	555
<i>Parágrafo 1º</i> .....	555
2 Tipos de licitação (critérios).....	555
2.1 Conceituação dos tipos licitatórios .....	555
2.2 A não indicação do tipo licitatório no instrumento convocatório .....	557
<i>Parágrafo 2º</i> .....	557
3 Empate entre duas ou mais propostas – o sorteio.....	557
<i>Parágrafo 3º</i> .....	557
4 Classificação na ordem crescente dos preços propostos .....	557
<i>Parágrafo 4º</i> .....	558
5 Contratação de bens e serviços de informática.....	558
5.1 O exercício do direito de preferência na contratação de bens e serviços de informática e automação no âmbito federal.....	560
<i>Parágrafo 5º</i> .....	563
6 Rol exaustivo de tipos de licitação.....	563
<i>Parágrafo 6º</i> .....	563
7 Contratações parciais.....	563
<b>Artigo 46 e parágrafo 3º</b> .....	565
1 Cabimento da adoção de licitações de técnica .....	566
<i>Parágrafo 1º</i> .....	566
2 Procedimentos na licitação do tipo melhor técnica.....	566
<i>Parágrafo 2º</i> .....	568

3	Procedimentos na licitação do tipo técnica e preço.....	568
3.1	A adoção de dois envelopes nas licitações do tipo técnica e preço.....	568
<b>Artigo 47</b> 571		
1	Regra quando da adoção da empreitada por preço global.....	571
<b>Artigo 48</b> 572		
1	Desclassificação das propostas.....	572
<i>Parágrafo 1º</i> .....		
2	Preços inexequíveis nas licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia.....	574
<i>Parágrafo 2º</i> .....		
3	Garantia adicional.....	577
<i>Parágrafo 3º</i> .....		
4	Inabilitação de todos os licitantes ou desclassificação de todas as propostas.....	578
4.1	A contagem do prazo.....	580
<b>Artigo 49</b> 581		
1	Revogação e anulação de ato administrativo.....	581
2	A revogação da licitação em função de razões de interesse público decorrente de fato superveniente.....	581
3	A anulação da licitação.....	582
<i>Parágrafo 1º</i> .....		
4	A não obrigação de indenizar.....	583
<i>Parágrafo 2º</i> .....		
5	Consequências em face da nulidade da licitação.....	583
<i>Parágrafo 3º</i> .....		
6	Contraditório e a ampla defesa em função do desfazimento da licitação.....	584
<i>Parágrafo 4º</i> .....		
7	Aplicação aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade.....	586
<b>Artigo 50</b> 587		
1	Proibição à preterição do vencedor da licitação.....	587
<b>Artigo 51</b> .....		
1	Comissões julgadoras.....	588
1.1	A questão da nomeação de servidor de cargo em comissão.....	589
1.2	A questão da nomeação de agente público celetista.....	590
1.3	Dúvidas sobre as comissões de licitações.....	591
1.3.1	Comissão de licitações e comissão de cadastramento.....	591
1.3.2	Atuação das comissões de licitações.....	591
1.3.3	Qualificações específicas dos membros das comissões de licitações.....	591
1.3.4	A questão da nomeação de suplentes.....	592
<i>Parágrafo 1º</i> .....		
2	Substituição da comissão de licitações por servidor.....	593
<i>Parágrafo 2º</i> .....		
3	Qualificação da comissão de cadastramento.....	593
<i>Parágrafo 3º</i> .....		
4	Responsabilidade solidária.....	594
<i>Parágrafo 4º</i> .....		
5	Investidura dos membros das comissões.....	595
<i>Parágrafo 5º</i> .....		
6	Comissão especial para licitação na modalidade concurso.....	596
<b>Artigo 52</b> 597		
1	O regulamento do concurso.....	597
<i>Parágrafo 1º</i> .....		
2	Regras do regulamento (edital).....	597
<i>Parágrafo 2º</i> .....		
3	Autorização da execução do projeto.....	598
<b>Artigo 53</b> .....		
1	Leilão – Realização por leiloeiro oficial ou servidor.....	599
1.1	A questão da contratação do leiloeiro oficial.....	600
<i>Parágrafos 1º, 2º e 3º</i> .....		
		601

2	Avaliação e pagamentos .....	601
3	A questão da habilitação nos leilões.....	602
<i>Parágrafo 4º</i> .....		602
4	Divulgação do leilão .....	602
<b>Artigo 54</b> 603		
1	O contrato .....	603
1.1	O contrato e o Estado.....	604
1.2	Contratos da Administração.....	604
1.3	Subdivisão dos contratos da Administração.....	605
1.3.1	Contratos privados celebrados pela Administração Pública .....	605
1.3.2	Contratos administrativos .....	605
1.3.2.1	Sujeitos do contrato administrativo.....	606
1.3.2.2	Características do contrato administrativo.....	607
1.3.2.3	Regra disciplinadora dos contratos .....	608
<i>Parágrafo 1º</i> .....		608
2	As cláusulas contratuais.....	608
2.1	Os “contratos guarda-chuva” .....	608
<i>Parágrafo 2º</i> .....		608
3	Contratação direta.....	608
<b>Artigo 55</b> 610		
1	Cláusulas obrigatórias e cláusulas acessórias .....	611
<i>Inciso I</i> 612		
1.1	Objeto do contrato.....	612
<i>Inciso II</i> 612		
1.2	Regime de execução ou forma de fornecimento.....	612
<i>Inciso III</i> 613		
1.3	Preço do contrato, condições de pagamento e reajustamento.....	613
1.3.1	O reajustamento de preços.....	613
1.3.2	A repactuação de preços .....	616
1.3.3	A atualização monetária.....	617
<i>Inciso IV</i> 618		
1.4	Prazos contratuais .....	618
1.5	Prazo de início de etapas de execução .....	618
<i>Inciso V</i> 619		
1.6	Especificação dos recursos orçamentários.....	619
<i>Inciso VI</i> 619		
1.7	Garantias contratuais.....	619
<i>Inciso VII</i> 620		
1.8	Direitos, responsabilidades, penalidades e valores das multas .....	620
1.8.1	Direitos e responsabilidades.....	620
1.8.2	Penalidades e multas .....	620
<i>Inciso VIII</i> 620		
1.9	Hipóteses de rescisão contratual.....	620
<i>Inciso IX</i> 620		
1.10	Direitos da Administração na hipótese de rescisão .....	620
<i>Inciso X</i> 621		
1.11	Importação de bens .....	621
<i>Inciso XI</i> 621		
1.12	Vinculação ao edital .....	621
<i>Inciso XII</i> 621		
1.13	Legislação aplicável .....	621
<i>Inciso XIII</i> 621		
1.14	Manutenção das condições de habitação.....	621
2	Cláusulas exorbitantes.....	622
<i>Parágrafo 1º (VETADO)</i> .....		623
3	A questão do pagamento antecipado.....	623
<i>Parágrafo 2º</i> .....		626

4	Declaração competente o foro da sede da Administração .....	626
4.1	A questão da adoção da arbitragem nos contratos administrativos.....	628
<i>Parágrafo 3º</i> .....		631
5	Controle tributário .....	631
<b>Artigo 56</b> 632		
1	A prestação de garantia pelo contratado .....	632
<i>Parágrafo 1º</i> .....		633
2	Modalidades de garantia.....	633
2.1	Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública.....	633
2.2	O seguro-garantia.....	635
2.3	Fiança bancária .....	635
2.4	Garantia de bens ou pessoas.....	635
<i>Parágrafo 2º</i> .....		636
3	Limites da garantia.....	636
<i>Parágrafo 3º</i> .....		636
4	Garantia para contratações de grande vulto .....	636
<i>Parágrafo 4º</i> .....		636
5	Devolução da garantia.....	636
<i>Parágrafo 5º</i> .....		637
6	Garantia nos contratos que importem na entrega de bens pela Administração .....	637
7	Garantia adicional .....	637
<b>Artigo 57</b> 638		
1	A duração do contrato .....	639
<i>Incisos I a V</i> .....		640
2	Avaliação geral das regras de exceção referentes à duração do contrato .....	640
2.1	1ª Exceção – Projetos relacionados ao Plano Plurianual (inc. I).....	643
2.2	2ª Exceção – Serviços executados de forma contínua (inc. II).....	646
2.2.1	A questão da prorrogação do prazo de duração contratual .....	647
2.2.2	A questão de se prorrogar somente por iguais e sucessivos períodos.....	648
2.3	3ª Exceção – Aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática (inc. III) 649	
2.4	4ª Exceção – Hipóteses de dispensas licitatórias (inc. V).....	651
<i>Parágrafo 1º</i> .....		652
3	Prorrogação de prazos.....	652
<i>Inciso I</i> 652		
3.1	Alteração do projeto ou especificações pela Administração.....	652
<i>Inciso II</i> 652		
3.2	Superveniência de fato excepcional ou imprevisível.....	652
<i>Inciso III</i> 653		
3.3	Interrupção da execução ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem da Administração .....	653
<i>Inciso IV</i> 653		
3.4	Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato .....	653
<i>Inciso V</i> 654		
3.5	Impedimento de execução por fato ou ato de terceiro .....	654
<i>Inciso VI</i> 654		
3.6	Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração .....	654
<i>Parágrafo 2º</i> .....		654
4	Justificativa obrigatória para a prorrogação.....	654
<i>Parágrafo 3º</i> .....		655
5	Contrato com prazo de vigência indeterminado.....	655
<i>Parágrafo 4º</i> .....		656
6	Prorrogação excepcional por mais 12 meses dos contratos continuados .....	656
<b>Artigo 58</b> 657		
1	Prerrogativas conferidas à Administração Pública .....	657

<i>Inciso I</i>	658	
1.1	Modificação unilateral do contrato administrativo.....	658
<i>Inciso II</i>	658	
1.2	Rescisão unilateral do contrato administrativo .....	658
<i>Inciso III</i>	659	
1.3	Fiscalização da execução do contrato administrativo.....	659
<i>Inciso IV</i>	659	
1.4	Aplicação de penalidades pela inexecução do contrato administrativo .....	659
<i>Inciso V</i>	660	
1.5	Ocupação provisória de instalações .....	660
<i>Parágrafo 1º</i> .....		660
2	Inalterabilidade das cláusulas econômico-financeiras e monetárias .....	660
<i>Parágrafo 2º</i> .....		661
3	Revisão das cláusulas econômico-financeiras no caso de modificação unilateral.....	661
<b>Artigo 59</b>	662	
1	Declaração de nulidade do contrato administrativo.....	662
<i>Parágrafo único</i> .....		662
2	O dever de indenizar .....	662
<b>Artigo 60</b>	664	
1	Formalização do contrato administrativo.....	664
<i>Parágrafo único</i> .....		665
2	Nulidade do contrato verbal.....	665
<b>Artigo 61</b>	668	
1	Elementos do contrato .....	668
<i>Parágrafo único</i> .....		668
2	Eficácia do contrato .....	668
2.1	A execução de contratos sem eficácia.....	671
2.2	A responsabilidade da publicação do extrato do contrato.....	672
2.3	Publicação de extratos de termos aditivos .....	672
2.4	Publicação de extratos de contratos decorrentes de afastamentos licitatórios.....	673
2.5	A questão da ocorrência no prazo de 20 dias.....	674
<b>Artigo 62</b>	675	
1	Obrigatoriedade de celebração de contrato.....	675
1.1	Os documentos substitutivos do contrato .....	675
<i>Parágrafo 1º</i> .....		676
2	Minuta do futuro contrato como parte integrante do ato convocatório da licitação .....	676
<i>Parágrafo 2º</i> .....		677
3	Inserção das cláusulas obrigatórias nos documentos substitutivos dos contratos.....	677
<i>Parágrafo 3º</i> .....		678
4	Aplicação das regras do Estatuto aos contratos de direito privado nos quais a Administração esteja envolvida.....	678
<i>Parágrafo 4º</i> .....		679
5	Outras possibilidades de dispensa da adoção de contrato .....	679
<b>Artigo 63</b>	680	
1	O acesso assegurado a terceiros ao processo licitatório e ao contrato.....	680
<b>Artigo 64</b>	681	
1	Convocação do vencedor da licitação (adjudicatário) .....	681
<i>Parágrafo 1º</i> .....		682
2	Prorrogação do prazo de contratação .....	682
<i>Parágrafo 2º</i> .....		682
3	Convocação de demais licitantes .....	682
<i>Parágrafo 3º</i> .....		683
4	Prazo de validade das propostas .....	683
<b>Artigo 65</b>	685	
1	Alteração do contrato administrativo .....	686

2	Alteração unilateral (inc. I) .....	687
2.1	Alteração do projeto ou especificações .....	687
2.2	Alteração para acréscimo ou diminuição quantitativa .....	687
3	Alteração por acordo das partes (inc. II).....	688
3.1	Substituição da garantia de execução contratual (alínea “a”) .....	688
3.2	Modificação do regime de execução ou fornecimento (alínea “b”) .....	688
3.3	Modificação da forma de pagamento (alínea “c”).....	689
3.4	Restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro (alínea “d”) .....	689
<i>Parágrafo 1º</i> .....		690
4	Limitação dos acréscimos ou supressões a 25% e 50% .....	690
4.1	A questão da reforma de “edifícios” .....	692
<i>Parágrafo 2º</i> .....		692
5	Impossibilidade de os acréscimos ou supressões excederem os limites .....	692
5.1	A redução do objeto .....	692
5.2	A questão dos limites ao acréscimo qualitativo do objeto .....	693
<i>Parágrafo 3º</i> .....		694
6	A questão dos preços unitários .....	694
<i>Parágrafo 4º</i> .....		695
7	Indenização ao contratado .....	695
<i>Parágrafo 5º</i> .....		695
8	Reequilíbrio em função de tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos .....	695
<i>Parágrafo 6º</i> .....		696
9	Reequilíbrio em face de alteração unilateral que aumente os encargos do contratado.....	696
<i>Parágrafo 8º</i> .....		696
10	Hipóteses que permitem apostilamento .....	696
<b>Artigo 66</b> 697		
1	Obrigatoriedade da fiel execução do contrato .....	697
<b>Artigo 66-A e parágrafo 1º</b> .....		698
1	Manutenção por parte das contratadas dos requisitos de acessibilidade .....	698
<b>Artigo 67</b> 699		
1	A fiscalização do contrato .....	699
<i>Parágrafo 1º</i> .....		700
2	Tarefas e responsabilidades do fiscal.....	700
<i>Parágrafo 2º</i> .....		702
3	Decisões que ultrapassem a competência do fiscal .....	702
<b>Artigo 68</b> 703		
1	A manutenção de preposto por parte da contratada .....	703
<b>Artigo 69</b> 705		
1	Defeitos na execução do objeto .....	705
<b>Artigo 70</b> 707		
1	Responsabilização do contratado por danos.....	707
<b>Artigo 71</b> 708		
1	Responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.....	708
<i>Parágrafo 1º</i> .....		708
2	Não transferência da responsabilidade para a Administração .....	708
2.1	A responsabilidade trabalhista.....	708
<i>Parágrafo 2º</i> .....		715
3	Responsabilidade previdenciária.....	715
<b>Artigo 72</b> 717		
1	Subcontratação.....	717
1.1	A questão da “cessão do contrato” .....	718
1.2	Exigências para a subcontratação .....	719
2	Subcontratação compulsória de microempresas ou empresas de pequeno porte (inciso II do art. 48 da LC nº 123/2006).....	720
<b>Artigo 73 e parágrafos 1º, 2º e 3º</b> .....		722
1	Recebimento do objeto contratual .....	722

<i>Parágrafo 4º</i> .....	723
2 Inércia da Administração.....	723
<b>Artigo 74 e incisos</b> .....	726
1 Dispensa de recebimento provisório.....	726
<i>Parágrafo único</i> .....	726
2 A substituição por recibo.....	726
<b>Artigo 75</b> 728	
1 Responsabilidade pela qualidade do objeto.....	728
<b>Artigo 76</b> 731	
1 Rejeição da obra, serviço ou bem fornecido.....	731
<b>Artigo 77</b> 734	
1 A inexecução do contrato e suas consequências.....	734
<b>Artigo 78</b> 735	
1 A rescisão do contrato administrativo.....	736
2 As formas de rescisão.....	737
3 Motivos que ensejam a rescisão do contrato administrativo.....	737
3.1 Motivos para a rescisão por atos cometidos pelo contratado (incs. I a XI e XVIII).....	738
3.1.1 Descumprimento de cláusulas contratuais (inc. I).....	738
3.1.2 Cumprimento irregular (inc. II).....	738
3.1.3 Lentidão na execução (inc. III).....	738
3.1.4 Atraso para início da execução (inc. IV).....	738
3.1.5 Paralisação da execução (inc. V).....	739
3.1.6 Transferência parcial ou total do objeto (inc. VI).....	739
3.1.7 Desatendimento de determinações regulares (inc. VII).....	740
3.1.8 Cometimento reiterado de faltas (inc. VIII).....	740
3.1.9 Decretação de falência ou insolvência (inc. IX).....	740
3.1.10 Dissolução da sociedade ou falecimento do contratado (inc. X).....	742
3.1.11 Alteração social ou modificação da empresa (inc. XI).....	743
3.1.12 Não atendimento ao prescrito no inc. V do art. 27 (inc. XVIII).....	744
4 Rescisão em face de atos da Administração (incs. XIII a XVI).....	744
4.1 Supressão de parte do objeto por ordem da Administração (inc. XIII).....	744
4.2 Suspensão da execução contratual (inc. XIV).....	745
4.3 Atraso no pagamento (inc. XV).....	745
4.4 Não liberação de área (inc. XVI).....	746
5 Rescisão por causas exteriores (inc. XVII).....	746
6 Razões de interesse público (inc. XII).....	746
<i>Parágrafo único</i> .....	747
7 Garantia de ampla defesa e contraditório nos casos de rescisão.....	747
<b>Artigo 79</b> 749	
1 Modalidades de rescisão do contrato administrativo.....	749
<i>Inciso I</i> .....	750
2 Rescisão unilateral.....	750
<i>Inciso II</i> 750	
3 Rescisão amigável.....	750
<i>Inciso III</i> 751	
4 Rescisão judicial.....	751
<i>Parágrafo 1º</i> .....	751
5 Autorização da autoridade competente.....	751
<i>Parágrafo 2º</i> .....	751
6 Indenização ao contratado.....	751
<i>Parágrafo 5º</i> .....	752
7 Impedimento, paralisação ou sustação do contrato.....	752
<b>Artigo 80</b> 753	
1 Consequências da rescisão.....	753
<i>Parágrafos 1º e 3º</i> .....	754
2 Afastamento da solução de continuidade.....	754
<i>Parágrafo 2º</i> .....	754
3 Recuperação judicial e extrajudicial.....	754

<i>Parágrafo 4º</i> .....	755
4 Regra sem aplicação.....	755
<b>Artigo 81</b> 756	
1 Recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato.....	756
<i>Parágrafo único</i> .....	757
2 Não aplicação aos demais licitantes convocados.....	757
<b>Artigo 82</b> 759	
1 Alargamento das sanções.....	759
<b>Artigos 83 e 84, caput e §1º</b> .....	760
1 Disciplina penal para os servidores públicos.....	760
<i>Parágrafo 2º do artigo 84</i> .....	761
2 Aumento da pena para servidores ocupantes de funções qualificadas .....	761
<b>Artigo 85</b> 762	
1 Âmbito da matéria penal.....	762
<b>Artigo 86</b> 763	
1 Sanções administrativas .....	763
1.1 Multa de mora .....	765
<i>Parágrafo 1º</i> .....	765
2 Rescisão e aplicação de outras sanções .....	765
<i>Parágrafo 2º</i> .....	765
3 Regular processo administrativo .....	765
<i>Parágrafo 3º</i> .....	766
4 Valor superior ao da garantia oferecida.....	766
5 A disciplina da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).....	766
<b>Artigo 87</b> 772	
1 Sanções administrativas pela inexecução total ou parcial do contrato .....	772
<i>Inciso I</i> .....	773
1.1 Advertência.....	773
<i>Inciso II</i> 773	
1.2 Multa compensatória.....	773
<i>Incisos III e IV</i> .....	773
1.3 Suspensão de participação em licitação e declaração de inidoneidade .....	773
<i>Parágrafo 1º</i> .....	776
2 Multa superior ao valor da garantia.....	776
<i>Parágrafo 2º</i> .....	777
3 Aplicação cumulativa de sanções .....	777
<i>Parágrafo 3º</i> .....	777
4 Sanção de competência exclusiva aos Ministro de Estado e Secretários Estadual ou Municipal .....	777
<b>Artigo 88</b> 778	
1 Aplicação das sanções em face de outras condutas .....	778
<b>Artigo 89</b> 779	
1 Dos crimes e das penas.....	779
<i>Parágrafo único</i> .....	780
2 Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei.....	780
<b>Artigo 90</b> 783	
1 Frustrar ou fraudar o caráter competitivo da licitação.....	783
<b>Artigo 91</b> 784	
1 Patrocinar interesse privado perante a Administração.....	784
<b>Artigo 92 e parágrafo único</b> .....	785
1 Permitir qualquer modificação ou vantagem em favor do adjudicatário.....	785
<b>Artigo 93</b> 786	
1 Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato licitatório.....	786
<b>Artigo 94</b> 787	
1 Devassar o sigilo de proposta.....	787
<b>Artigo 95 e parágrafo único</b> .....	788



1	Afastar ou procurar afastar licitante usando violência ou oferecendo vantagem.....	788
<b>Artigo 96</b> 789		
1	Fraudar licitação em prejuízo da Fazenda Pública .....	789
<b>Artigo 97 e parágrafo único</b> ..... 790		
1	Admitir a licitação ou celebrar contrato com inidôneo .....	790
<b>Artigo 98</b> 791		
1	Impedir a inscrição nos registros cadastrais.....	791
<b>Artigo 99 e parágrafos</b> ..... 792		
1	A pena de multa .....	792
<b>Artigo 100</b> ..... 793		
1	Ação penal pública incondicionada .....	793
<b>Artigo 101 e parágrafo único</b> ..... 794		
1	Provocação ao Ministério Público (MP).....	794
<b>Artigo 102</b> ..... 794		
1	Remessa ao Ministério Público por magistrados ou por titulares de órgão de controle interno .....	794
<b>Artigo 103</b> ..... 795		
1	Ação penal privada subsidiária da pública .....	795
<b>Artigos 104, 105, 106 e 107</b> ..... 796		
1	Procedimento no processo penal nos crimes licitatórios.....	796
<b>Artigo 108</b> ..... 798		
1	Aplicação subsidiária do CPP e da LEP.....	798
<b>Artigo 109</b> ..... 799		
1	O direito de petição.....	800
<i>Inciso I e parágrafo 1º</i> ..... 801		
1.1	Recurso administrativo .....	801
<i>Inciso II</i> 802		
1.2	Representação .....	802
<i>Inciso III</i> 802		
1.3	Reconsideração .....	802
<i>Parágrafo 2º</i> ..... 803		
2	Efeito suspensivo.....	803
<i>Parágrafo 3º</i> ..... 803		
3	Comunicação aos demais licitantes .....	803
<i>Parágrafo 4º</i> ..... 804		
4	Trâmite do recurso.....	804
<i>Parágrafo 5º</i> ..... 806		
5	Início da contagem de prazo.....	806
<i>Parágrafo 6º</i> ..... 807		
6	Recursos nas licitações da modalidade convite.....	807
<b>Artigo 110 e parágrafo único</b> ..... 808		
1	Contagem de prazo.....	808
<b>Artigo 111</b> ..... 809		
1	Cessão de direitos patrimoniais de obras imateriais.....	809
<i>Parágrafo único</i> ..... 810		
2	Obra imaterial de caráter tecnológico .....	810
<b>Artigo 112</b> ..... 812		
1	Interesse de mais de um ente público: a licitação compartilhada .....	812
<i>Parágrafo 1º</i> ..... 812		
2	Consórcios públicos .....	812
<i>Parágrafo 2º</i> ..... 814		
3	Acompanhamento da licitação.....	814
<b>Artigo 113</b> ..... 816		
1	O controle das despesas decorrentes de contratos.....	816

1.1	O controle interno .....	816
1.2	O controle externo .....	818
<i>Parágrafo 1º</i> .....		820
2	Representação ao Tribunal de Contas ou aos órgãos de controle interno .....	820
<i>Parágrafo 2º</i> .....		820
3	Atuação dos Tribunais de Contas .....	820
<b>Artigo 114</b> .....		822
1	Pré-qualificação .....	822
<i>Parágrafos 1º e 2º</i> .....		822
1.1	Execução da pré-qualificação .....	822
<b>Artigo 115 e parágrafo único</b> .....		825
1	Normas operacionais sobre licitações .....	825
1.1	Os programas de <i>compliance</i> .....	825
<b>Artigo 116</b> .....		827
1	Aplicação das regras do Estatuto aos convênios administrativos .....	828
<i>Parágrafo 1º</i> .....		829
1.1	Plano de trabalho .....	829
<i>Parágrafo 2º</i> .....		830
1.2	Ciência à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal .....	830
<i>Parágrafo 3º</i> .....		831
1.3	Exceções à regra .....	831
<i>Parágrafo 4º</i> .....		831
1.4	Saldos de convênio .....	831
<i>Parágrafo 5º</i> .....		832
1.5	Receitas financeiras .....	832
<i>Parágrafo 6º</i> .....		832
1.6	Saldos financeiros remanescentes .....	832
2	Aplicação subsidiária do Estatuto aos convênios de natureza financeira .....	832
2.1	Novas regras sobre acordos de transferências de recursos públicos .....	833
<b>Artigo 117</b> .....		835
1	Abrangência do Estatuto .....	835
<b>Artigo 118</b> .....		836
1	Adaptação das normas licitatórias dos Estados, Municípios, DF e entidades .....	836
<b>Artigo 119</b> .....		837
1	As normas licitatórias das entidades da Administração indireta .....	837
<b>Artigo 120</b> .....		841
1	Revisão dos valores .....	841
<b>Artigo 121</b> .....		842
1	Conflito intertemporal .....	842
<i>Parágrafo único</i> .....		843
2	Contratos de imóveis do patrimônio da União e os relativos a operações de crédito .....	843
<b>Artigo 122</b> .....		844
1	Concessões de linhas aéreas .....	844
<b>Artigo 123</b> .....		845
1	Licitações e contratações no exterior .....	845
<b>Artigo 124</b> .....		850
1	Licitações e contratos de permissão ou concessão de serviços públicos .....	850
<b>Artigos 125 e 126</b> .....		851
1	Vigência e revogações .....	851
REFERÊNCIAS .....		853